



Crise no varejo leva redes a reestruturar R\$ 68 bilhões em dívidas

Com expansão do crédito, lucro do C6 sobe 20% para R\$ 1,3 bilhões

Página 4

Mais de 1 milhão de doses de vacinas são aplicadas em São Paulo

Página 2

Inscrições para cursos de capacitação entram na reta final com 1,3 mil vagas na Grande São Paulo

As inscrições para o 27º ciclo do Caminho da Capacitação, programa itinerante de qualificação profissional do Fundo Social de São Paulo, entram na reta final. Nesta edição, são oferecidas 1.362 vagas em cursos gratuitos, com atendimento ampliado para 15 municípios da Grande São Paulo e cinco Centros Educacionais Unificados (CEUs) da capital. As aulas começam na próxima segunda-feira (24) e seguem até 4 de setembro. As inscrições permanecem abertas até terça-feira (25), segundo dia de atividades, para o preenchimento das vagas remanescentes.

Os cursos são realizados em carretas itinerantes, unidades móveis adaptadas como salas de aula e equipadas para atividades teóricas e práticas. A programação varia conforme o local e inclui formações em áreas como gastronomia, moda, beleza e estética, mecânica automotiva, tecnologia, soldagem, hospitalidade, cuidados com idosos e cuidados com pets. As capacitações têm como foco a qualificação profissional, a geração de renda e a ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Inscrições: As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo site. As vagas são limitadas e permanecem abertas até terça-feira (25).

Público-alvo: As capacitações são destinadas prioritariamente a pessoas em situação de vulnerabilidade social, como beneficiários do Cadastro Único (CadÚnico), pessoas desempregadas e mulheres responsáveis pelo sustento da família.

A idade mínima varia conforme o curso escolhido, podendo ser de 14, 16 ou 18 anos. Ao concluir a formação, os participantes recebem certificado oficial. Promovido pelo Fundo Social de São Paulo, o Caminho da Capacitação integra o SuperAção SP, política pública do Governo do Estado voltada à superação da pobreza por meio da qualificação profissional e da geração de oportunidades.

Mais informações sobre os cursos e locais de atendimento estão disponíveis no site oficial do programa: <http://caminhodacapacitacao.sp.gov.br> (Governo de SP)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,21
Venda: 5,21

Turismo
Compra: 5,22
Venda: 5,40

EURO

Compra: 6,03
Venda: 6,03

Petrobras encontra petróleo em poço na Margem Equatorial



Foto: Petrobras/Divulgação

Página 3

Grandes varejistas brasileiros reestruturaram mais de R\$ 68 bilhões em dívidas com credores nos últimos dois anos e meio via recuperação judicial ou extrajudicial. A crise, segundo especialistas, foi se intensificando com a alta dos juros, o endividamento elevado e a concorrência crescente com o comércio eletrônico. Do caso Americanas em janeiro de 2023 às recuperações judiciais pedidas nesta semana por Casas Bahia e Marabraz, pelo menos oito redes recorreram a esses instrumentos no período, cinco delas neste ano.

A Americanas abriu a

sequência de crises após a descoberta de inconsistências e fraudes nos balanços, que culminaram em R\$ 43 bilhões em dívidas. Pouco mais de um ano depois, as redes Dia (R\$ 1,1 bilhão em dívidas) e Polishop (R\$ 352 milhões) também entraram em recuperação judicial.

Neste ano, o Grupo Pão de Açúcar entrou em recuperação extrajudicial (R\$ 4,5 bilhões em dívidas), seguido pelas recuperações judiciais de Casa & Vídeo (R\$ 1,1 bilhão), Tok&Stok (R\$ 1 bilhão), Casas Bahia (R\$ 17,3 bilhões) e Marabraz (R\$ 140 milhões).

Página 3

Nova regra para Lei Seca prevê teste para detectar uso de drogas e exame obrigatório em acidente com morte

Página 4

Eleição: homem, branco e empresário é perfil majoritário de candidatos

Página 6

Durigan defende que Brasil deve ampliar comércio exterior

Página 3

Esporte

Mitsubishi Spinelli Racing leva três gerações da Mitsubishi ao Sertões Petrobras 2026

Passado, presente e futuro. Poucas expressões poderiam definir melhor a estrutura preparada pela Mitsubishi Spinelli Racing para disputar o Sertões Petrobras 2026, que acontece de 22 a 30 de agosto. Equipe oficial da Mitsubishi Motors no rally raid brasileiro, o time comandado por Guiga Spinelli alinhará três carros na principal prova da modalidade no País. E cada um deles conta uma parte diferente dessa história.

Na pole position estará a Triton Ultimate Racing, protótipo desenvolvido e construído integralmente no Brasil para enfrentar os carros da principal categoria do rally mundial. Ao lado dela, a novíssima Triton Katana R, carro preparado a partir da Triton Katana de rua com poucas mudanças, que cumpre em 2026 sua primeira temporada de competição e antecipa uma nova categoria da Mitsubishi Cup. Para completar, uma viagem no tempo: uma L200 Evolution 2002 disputará a categoria Classic.

A participação faz parte de um programa ainda maior da Mitsubishi Spinelli Racing em 2026. A equipe confirmou presença nos três desafios do Sertões Series, competição independente do Campeonato Brasileiro de Rally Raid organizada pela Dunas. A temporada

começou em julho, no Paraná, passa agora pelo Sertões Petrobras e terminará em outubro, no estado de São Paulo.

“Chegar ao Sertões com três carros tão diferentes traduz muito do que estamos construindo com a Mitsubishi. Temos a Ultimate, que representa nosso projeto de maior performance; a Katana R, que é a mais nova picape de rua da marca com algumas pequenas modificações para correr rally; e um carro histórico, que nos conecta diretamente com uma época marcante do rally brasileiro. O Sertões é a prova mais importante para nós e queremos, naturalmente, lutar pelo melhor resultado possível, mas também mostrar a força e a continuidade desse trabalho”, afirma Guiga Spinelli, piloto e proprietário da Spinelli Racing.

Triton Ultimate Racing: tecnologia brasileira na T1+

A arma da equipe na principal categoria do rally raid será novamente a Triton Ultimate Racing. Primeiro e único protótipo brasileiro desenvolvido para a categoria Ultimate, a T1+ da FIA, o carro nasceu da parceria entre Mitsubishi Motors e Spinelli Racing e foi projetado e construído nas instalações da equipe em Mogi Guaçu (SP). Sua estreia aconteceu justamente no Sertões, em 2024. Desde então, o projeto passou por um processo permanente de evolução. Em 2025, Guiga Spi-



Foto: Divulgação

Mitsubishi Spinelli Racing

nelli conquistou com a Triton Ultimate o Sertões Series Tocantins. Nesta temporada, Guiga trabalha novamente ao seu lado com o experiente navegador português, atual campeão do Dakar na categoria caminhões, Paulo Fidz.

A ficha técnica ajuda a explicar o tamanho do projeto. A Triton Ultimate utiliza chassi tubular de aço cromomolibdênio e carroceria de fibra de carbono e Kevlar. O motor é um V8 5.0 a gasolina com 430 cv e 55,6 kgfm de torque, movido a gasolina Petrobras Podium, associado a um câmbio sequencial de seis marchas. A suspensão independente de duplo A com aços Arcelor-Mittal utiliza oito amortecedores,

enquanto os pneus têm 37 polegadas.

É, em resumo, um carro 100% brasileiro construído segundo as regras da elite mundial do rally raid.

Triton Katana R: competição como laboratório

Se a Triton Ultimate representa o projeto genuíno de rally raid, a Triton Katana R aponta diretamente para o momento presente de uso de um carro de rua.

Desenvolvida pela Mitsubishi Motors em parceria com a Spinelli Racing, ela parte da plataforma da Triton de produção, preservando inclusive o chassi Mega Frame original, e recebe

uma discreta preparação para competição. Todo powertrain é original da picape da marca com apenas modificações nos amortecedores, protetores inferiores do chassi, algumas peças em fibra de vidro na carroceria, central eletrônica do motor e os itens de segurança obrigatórios pelo regulamento da Confederação Brasileira de Automobilismo. O carro foi concebido para dar origem, em 2027, à nova categoria Triton Katana R Cup da Mitsubishi Cup. Mas é uma picape praticamente de série!

A dupla será formada pelo piloto Youssef Haddad e pelo navegador Vinícius Marcon. A Katana R compete na categoria T2 Brasil e utiliza o motor turbodiesel 4N16 2.4 da Triton, preparado para entregar 214 cv e 52 kgfm movido com o Diesel Podium da Petrobras. A transmissão mantém o sistema 4x4 Easy Select original, enquanto a suspensão utiliza conjunto dianteiro independente de duplo A e eixo rígido traseiro, com quatro amortecedores Baratec reguláveis. O peso em ordem de marcha é de 2.100 kg.

É uma filosofia bem diferente da Triton Ultimate. Em vez de um protótipo criado praticamente do zero, a Katana R mantém uma ligação muito próxima com a picape vendida nas concessionárias Mitsubishi.

Mais de 1 milhão de doses de vacinas são aplicadas em São Paulo

Desde o início da Campanha de Multivacinação - De Olho na Carteira 2026, em 3 de agosto, até o último sábado (15), a capital paulista aplicou mais de 1 milhão de doses de vacinas em toda a cidade. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), foram 795.418 contra o sarampo e 252.382 de outros imunizantes.

“Os resultados alcançados nessas duas semanas reforçam a importância de manter a caderneta atualizada e aproveitar a oportunidade para colocar a vacinação em dia. A imunização é a principal estratégia de prevenção contra o sarampo e outras doenças imunopreveníveis”, diz a secretária.

A campanha visa reforçar as ações de vacinação contra o sarampo, além de atualizar a caderneta de crianças, adolescentes, adultos e idosos. De acordo com a Secretaria de Saúde, até o momento foram confirmados 20 casos de sarampo neste ano na capital. Outros 376 casos estão em investigação e 275 foram descartados. Não há registro de mortes pela doença.

A dose zero contra o sarampo segue disponível para crianças de 6 a 11 meses de idade em todas as unidades básicas de Saúde (UBSs). Desde 29 de junho, foram aplicadas 43.281 do-



Foto: Paulo Lobo

ses nesse grupo.

“A SMS reitera que a dose zero não substitui as demais previstas no Calendário Nacional de Vacinação, aos 12 e 15 meses”.

Segundo o secretário municipal da Saúde, Luiz Carlos Zammaro, o objetivo é ampliar cada vez mais a proteção da população e, principalmente, garantir que crianças, adolescentes e adultos estejam com a caderneta atualizada.

“A vacinação é uma das formas mais importantes de prevenção e contamos com a participação de toda a população nessa estratégia”, afirma.

Para facilitar o acesso à vaci-

na, a prefeitura orienta a população a acessar a plataforma “De Olho na Fila”, para escolher o local de vacinação. A orientação é fazer a consulta diretamente pelo site, que apresenta as unidades com doses disponíveis e é atualizado durante o horário de funcionamento das UBSs, das 7h às 19h.

As vacinas são oferecidas nas 483 UBSs da cidade, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e, aos sábados, nas assistências médicas ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, no mesmo horário. A unidade mais próxima pode ser consultada na plataforma Busca Saúde. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereadores e vereadoras que estão no 1º mandato e que não forem eleitos para outros cargos em 2026 podem enfrentar as lógicas do eleitorado em 2028: não serem reeleitos(as) por quem consideram que o voto 2024 não foi respeitado

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) estará amanhã [com vereadores/as governistas] com o senador (PL Rio) Bolsonaro na Zona Leste. Reeito prefeito 2024, pedirá votos pra que o governador Tarcísio (Republicanos) e o filho do ex-presidente vençam 2026 na capital

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputada Marta Costa (PSD) agradece o católico e governador Tarcísio (Republicanos) visitar a 1ª Assembleia de Deus no Brasil [ministério Belém desde 1911... do histórico pastor e seu pai José Wellington]. Ela é candidata por mais uma reeleição 2026

GOVERNO (São Paulo)

Fernando Haddad (PT), candidato pela 2ª vez à governança, não nega que é contra qualquer tipo de jogatina [especialmente os atuais cassinos no bolso]. O ex-prefeito paulistano afirma que viciam e destroem principalmente idosos(as) de famílias pobres

CONGRESSO (Brasil)

Bancada cristã protestante, liderada pelo deputado federal (SP) Gilberto Nascimento (PSD) pode até não crescer, mas dificilmente vai diminuir muito nas eleições 2026. A mesma lógica vale pra bancada cristã católica, maioria até os anos 1980

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Vice-presidente Alckmin (ex-PSDB... no PSB) agora diz apoiar o Datena, que depois de não conseguir fazer 2% de votos válidos como candidato “lucano” 2024 a prefeitura de São Paulo é candidato 2026 pra deputado (SP) na Câmara Federal pelo PSB

PARTIDOS (Brasil)

Pelo PSD do Kassab, pode ser eleito deputado federal (SP) o Rodrigo Spada. Auditor fiscal na Receita Federal (SP), sua história deve ser fundamental na valorização de auditores(as) federais, estaduais e municipais e pelo início das reformas tributárias

JUSTIÇAS (Brasil)

Ministro (Supremo) e presidente (TSE), Nunes Marques recebeu diplomatas de 91 países e fez a defesa da confiança nos sistemas das urnas eletrônicas 2026. O que estão pensando, dizendo e fazendo quem representa governos que são ditaduras?

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP)... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - Celebrai com júbilo ao Senhor, todos os moradores da terra” Salmos 100.1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP faz segundo repasse de ICMS do mês de agosto a municípios paulistas

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (18) R\$ 495,42 milhões na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o segundo repasse referente ao mês de agosto, do ICMS arrecadado no período de 10 a 14 de agosto, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Sefaz-SP já havia repassado R\$ 1,08 bilhão aos municípios em 11/8, relativos ao ICMS apurado de 3 a 7/8. Com o depósito da terça-feira (18), o valor acumulado em agosto sobe para R\$ 1,58 bilhão.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

Em sete meses de 2026, o Governo Estadual realizou 31 repa-

ses às cidades paulistas totalizando R\$ 26,57 bilhões do ICMS.

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990.

Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participa-

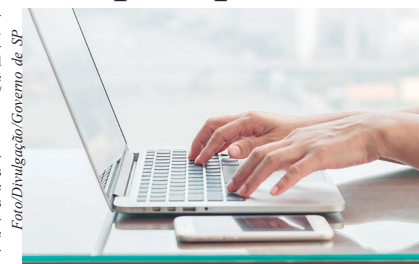


Foto: Divulgação Governo de SP

Em sete meses de 2026, o Governo Estadual realizou 31 repasses às cidades paulistas totalizando R\$ 26,57 bilhões do ICMS.

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

Guarulhos e Itaquaquecetuba têm leilão do Detran-SP com 531 lotes



As inscrições vão até 48h antes do leilão, no site da organizadora, a Giordano Leilões.

O Detran-SP realiza a partir de 4 de setembro um leilão de veículos recolhidos em Guarulhos e Itaquaquecetuba. O certame é parte da nova fase dos leilões do Detran-SP. Publicado no Diário Oficial do Estado, o edital reúne 531 lotes recolhidos a prazos por infração de trânsito: 49 veículos com condições de circular, entre automóveis e motocicletas, 357 lotes de sucatas aproveitáveis para desmonte e 125 condenadas à fundição e reciclagem. As inscrições vão até 48h antes do leilão, no site da organizadora, a Giordano Leilões (www.giordanoleiloes.com.br), onde serão feitos os lances e as sessões.

Ofertas a preços acessíveis entre motos e automóveis em condições de circular pelas ruas compõem o certame. Os lances iniciais são de R\$ 2.880,00, no caso das motos e de R\$ 3.420,00, no dos carros. No edital, é possível ver detalhes dos lotes, com informações como marca, modelo, motor, cor, ano de fabricação e lance mínimo definido por portos. O lance mínimo é o valor de

partida para as ofertas. A avaliação estimada de cada unidade é calculada com base nos valores praticados pelo mercado e no estado de conservação.

O pregão terá três dias, distribuídos entre as categorias de lotes: unidades conservadas, com condições de circular, sucatas aproveitáveis para desmonte e sucatas inservíveis, destinadas à fundição ou reciclagem, que estão previstas para o último dia.

Visita e pré-lance

As unidades oferecidas no leilão podem ser conferidas de perto entre os dias 24 e 28 de agosto. A visita é apenas para ver o lote: não é permitido seu manuseio, retirada, substituição de peças ou qualquer tipo de teste ou experimentação. Os veículos, sucatas e materiais ferrosos serão vendidos no estado em que se encontram, sem garantias. Os lotes com direito a documento estão distribuídos em três páios:

Os pré-lances também têm data certa para acontecer: eles começam dias antes do leilão, a

partir de 24 de agosto, às 10h. Ao dar um pré-lance, o participante está sugerindo um preço para um veículo, valor que será convertido em lance no início da sessão pública e que, se não superado em até 30 segundos, se tornará automaticamente o vencedor e comprador daquela unidade. Uma vez aceito, um lance não pode ser desfeito. Não há possibilidade de desistência, conforme a Lei federal nº 14.133/2021.

O pré-lance é recomendado como medida preventiva para evitar falhas técnicas e de conexão, da parte do comprador postulante, durante o pregão. Quem não o fizer, porém, também pode participar do leilão de seu interesse, fazendo lance durante a sessão.

O veículo conservado que não receber proposta igual ou superior ao seu valor de avaliação será incluído em nova sessão de leilão com valor inicial correspondente a 70% do anterior. Se novamente não for arrematado, será reclassificado para sucata aproveitável.

Vale ressaltar que, mesmo que um pré-lance tenha sido feito, o proprietário do veículo listado para leilão tem o direito de recuperá-lo até um dia útil antes do certame, mediante a quitação dos débitos pendentes, entre infrações e tarifas de remoção e custódia em pátio, conforme a Resolução 1025, de 2026, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

“Quando não for possível a conclusão da sessão pública no horário estabelecido, esta será suspensa e reiniciada no primeiro dia útil subsequente, sem prejuízo dos atos já realizados

Vetos à participação no leilão

Os leilões de veículos do Detran-SP, órgão vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), do governo paulista, são abertos a todas as pessoas interessadas, físicas e jurídicas inscritas no Cadastro da Receita Federal do Brasil, no caso dos veículos aptos a circular.

Por questões de segurança e idoneidade, porém, é vedada a participação de: servidores do Detran-SP e parentes de servidores até o segundo grau; leiloeiros, seus parentes até segundo grau e membros de sua equipe de trabalho; proprietários, sócios e/ou administradores dos pátios terceirizados, licenciados ou conveniados onde se encontram custodiados os veículos, seus parentes até segundo grau e os membros da equipe de trabalho; pessoas físicas e jurídicas impedidas de licitar e contratar com a administração, sancionadas com as penas previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021 ou, ainda, no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. (Governo de SP)

Crise no varejo leva redes a reestruturar R\$ 68 bilhões em dívidas

Grandes varejistas brasileiros reestruturaram mais de R\$ 68 bilhões em dívidas com credores nos últimos dois anos e meio via recuperação judicial ou extrajudicial. A crise, segundo especialistas, foi se intensificando com a alta dos juros, o endividamento elevado e a concorrência crescente com o comércio eletrônico.

Do caso Americanas em janeiro de 2023 às recuperações judiciais pedidas nesta semana por Casas Bahia e Marabraz, pelo menos oito redes recorreram a esses instrumentos no período, cinco delas neste ano.

Americanas abriu a sequência de crises após a descoberta de inconsistências e fraudes nos balanços, que culminaram em R\$ 43 bilhões em divi-

das. Pouco mais de um ano depois, as redes Dia (R\$ 1,1 bilhão em dívidas) e Polishop (R\$ 352 milhões) também entraram em recuperação judicial.

Neste ano, o Grupo Pão de Açúcar entrou em recuperação extrajudicial (R\$ 4,5 bilhões em dívidas), seguido pelas recuperações judiciais de Casa & Vídeo (R\$ 1,1 bilhão), Tok&Stok (R\$ 1 bilhão), Casas Bahia (R\$ 17,3 bilhões) e Marabraz (R\$ 14,3 bilhões).

Ao contrário da Americanas, cuja derrocada começou com a revelação de fraudes contábeis internas, os casos mais recentes refletem o esgotamento do próprio modelo de negócios do varejo tradicional sob a pressão de juros altos e crédito restrito, na

avaliação de especialistas.

Consultores de varejo apontam que, a despeito das particularidades de cada caso, a escalada da taxa básica de juros (Selic), de 2% entre o final de 2020 aos atuais 14% ao ano, é um pano de fundo que prejudicou todas elas.

Isso porque o setor varejista precisa se capitalizar tanto para oferecer crédito aos consumidores —para comprarem seus produtos quanto para financiar suas próprias despesas com empréstimos.

“Os juros altos têm triplo efeito perverso. Eles sufocam a demanda, asfixiam as empresas e limitam a capacidade das companhias de financiarem os seus clientes, o que é o oxigênio do

varejo”, afirma o consultor Alberto Serrentino, sócio da Varese Retail.

Apesar da taxa de desemprego na mínima histórica, o elevado endividamento das famílias em relação à renda, hoje em 49,8%, segundo os últimos dados do Banco Central, é apontado como outro motivo comum à crise das empresas.

“A renda aumentou, mas a fatia dessa renda que aumentou vai para um maior número de despesas, como dívidas e bets. Isso faz o comportamento do consumidor mudar e deixar itens mais caros, como eletrodomésticos, de lado”, afirma o consultor empresarial Douglas Martins, da Vektor Marketing.

Além do cenário macroeconômico

adverso, Jean Paul Rebetez, sócio diretor da Gouvea Consulting, vê uma mudança profunda no modelo de negócios do varejo nos últimos anos.

“Esses modelos de varejo, como o da Casas Bahia e da Marabraz, foram construídos em um momento em que se pensava só no crescimento, em estar presente em todos os locais possíveis. Havia muitas ruas com mais de uma Casas Bahia, lojas separadas por apenas 200 metros”, afirma.

Em um cenário macroeconômico adverso, diz, as empresas precisam estar mais focadas no resultado. “Hoje em dia o resultado fala mais alto que a receita, a sustentabilidade financeira fala mais alto que a presença. O modelo antigo precisa ser repensado”.

Para Rebetez, o varejo passa por uma espécie de “detox do crescimento”. “É isso que gera muita dificuldade de adaptação. A gestão antiga precisa aprender a trabalhar com esse novo cenário, e isso é difícil.”

Na avaliação de Martins, faltou adaptação aos novos tempos pelas grandes varejistas. “Faltou timing. A Casas Bahia até começou, mas demorou muito. A Magalu fez esse movimento há mais de cinco anos, e comprou redes nativas digitais de e-commerce”.

Ele aponta que o modelo de empresas como Casas Bahia, Marabraz, Casa & Vídeo e Tok&Stok é muito dependente de lojas físicas.

“É um custo operacional muito alto para manter, e o custo de financiamento do cliente que vai comprar também é muito elevado. Com a taxa de juros, fazer esse

movimento financeiro para elas é muito caro, e a conta não fecha”.

Rebetez aponta que hoje há uma dispersão do consumo por causa das plataformas digitais. “Existe uma parcela da carteira dos consumidores que vai para comunicação, internet, telefonia. É um consumo que talvez há dez anos não tínhamos”, diz.

É a mesma avaliação de Fernando Siqueira, analista de varejo da Eleven.

“O que tem acontecido nos últimos anos é que as pessoas têm comprado cada vez mais online. Existe muita loja física, como é o caso de Marabraz, Casas Bahia, e essas empresas têm uma estrutura muito mais inchada, com um custo fixo muito alto”, afirma o analista.

Para a CEO da AGR Consultores, Ana Paula Tozzi, a concentração da crise no varejo se dá em bens duráveis. Esse é o segmento, afirma ela, que é mais impactado pelas taxas de juros altas e pela concorrência.

“É o varejo que cresceu em modelo de lojas físicas, o varejo de móveis, entre outros, que depende desse cenário macroeconômico. Eles estão sendo pegos pela ponta do endividamento e pela ponta da venda”, afirma.

Para os especialistas, é possível que mais empresas do varejo entrem em recuperação judicial.

“Acho que pode não parar por aí”, diz Rebetez, da Gouvea Consulting. “Não podemos esquecer que a recuperação judicial, se resolver, resolve o passado. O verdadeiro teste do mercado é reestruturar suas organizações, seus custos. Esse é o verdadeiro desafio dos gestores.” (Folhapress)

Durigan defende que Brasil deve ampliar comércio exterior

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, defendeu na segunda-feira (17) a estratégia de abertura do comércio de produtos brasileiros para outros países.

Segundo ele, outros governos e investidores olham para o Brasil com confiança. “Em um mundo de incertezas, temos de construir o Brasil como um porto seguro, temos de projetar segurança e previsibilidade”, disse ao participar de evento na capital paulista.

Para Durigan, essa abertura deve ser baseada em negociações e não de dependência de um parceiro exclusivo, na Ásia ou na

América do Norte, por exemplo. “O Brasil vai fazer o debate sabendo de suas fraquezas e fortalezas”, apontou.

A fala do ministro ocorre no momento de tensão entre Brasil e Estados Unidos. Na semana passada, o governo federal anunciou a abertura formal do processo para avaliar se a imposição unilateral de tarifas por parte dos Estados Unidos (EUA) contra exportações brasileiras será respondida com base na Lei da Reciprocidade Econômica.

Aprovada no ano passado, justamente em reação ao primitivo tarifário do governo de Donald

Trump, a Lei nº 15.122 estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de outros países que impactem negativamente a competitividade econômica do Brasil.

Medidas fiscais

Durigan também argumentou sobre a adoção de medidas, como bloqueio de orçamento e limite de gastos obrigatórios, para que o país mantenha a estabilidade fiscal.

“Precisamos manter uma trajetória fiscal, sem desestabilizar”, disse.

Sobre a reforma tributária, o ministro reconhece que pode amedrontar, por impor muitas mudanças. Porém, Durigan acredita que 2027 será um importante ano para a transição, e que, ao final, resultará em um sistema melhor, a médio e longo prazo, para o país.

A questão dos juros também foi abordada. Durigan afirmou que não há condições de discutir crédito no país sem “juros civilizados”, por, conforme o ministro, serem a “milha final” dos ajustes de médio prazo necessários para o desenvolvimento do país. (Agência Brasil)

Apesar de crise no agro, empresas preveem dobrar de tamanho em cinco anos no país

Apesar das dificuldades apontadas pelo setor de máquinas agrícolas que envolvem a concorrência chinesa e a desvalorização do dólar, e que resultam em queda nas vendas, fabricantes de origem estrangeira instaladas no país preveem até dobrar de tamanho nos próximos cinco anos e anunciaram investimentos na ampliação de suas unidades e em pontos de venda.

Dados da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) apontam que o setor fechou o primeiro quadrimestre do ano com redução de 17,9% nas vendas de máquinas e implementos agrícolas, que alcançaram R\$ 17,07 bilhões, mas, independentemente de problemas econômicos, os planos das empresas se baseiam na perspectiva de crescimento contínuo da agricultura no país e também no continente.

Estimativa de maio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgada na semana passada aponta para uma sa-

fra de grãos de 353 milhões de toneladas, 6,9 milhões a mais em relação ao ano anterior. Como comparação, há 15 anos a safra foi de cerca de 150 milhões de toneladas.

Entre as empresas que preveem crescimento nos próximos anos no Brasil estão a Fendt, de origem alemã, a JCB, multinacional britânica, e a New Holland, originária dos Estados Unidos.

A Fendt, integrante da Agco —que também tem as marcas Massey Ferguson e Valtra—, chegou ao Brasil em 2019, sua primeira incursão na América do Sul, com a abertura de uma loja, número que em 2024 chegou a 33 e que prevê alcançar 70 em quatro anos.

“Nós já crescemos três vezes o nosso tamanho e nos próximos cinco anos nós vamos novamente dobrar de tamanho. Estamos aumentando o nosso número de lojas, mas também indo para novos mercados na América Latina”, afirmou Marcelo Traldi, vice-presidente da Fendt e da Valtra na América Latina.

O Paraguai foi o segundo destino sul-americano da marca, em 2023, seguido pela Argentina, cujo anúncio da chegada da fabricante ocorreu no ano passado. As operações inicialmente são feitas por meio de três concessionários que atuam em Buenos Aires, Balcarce, Tres Arroyos, Villa Mercedes e Armstrong.

Já a fabricante de retroescavadeiras e manipuladores telescópicos JCB, multinacional de origem britânica, está com uma estratégia em andamento de cobrar sua operação no Brasil até 2030.

Para isso, iniciou, ainda em 2024, um investimento de R\$ 500 milhões, dos quais R\$ 360 milhões na modernização da sua fábrica em Sorocaba.

A proposta é crescer com a inclusão de novas máquinas no portfólio e na expansão da capacidade produtiva da empresa. A nova linha de escavadeiras, lançadas neste ano, é um dos exemplos citados pela empresa para buscar o crescimento —no dia da apresentação do modelo, foram

negociadas mais de 30 unidades.

Presidente da empresa na América Latina, Adriano Merigli, afirmou que o plano é que a produção, das atuais 5.000 máquinas por ano, chegue a 11 mil até 2030.

O agronegócio, de acordo com ele, representa 15% dos negócios da empresa, que deve gerar mil empregos diretos e indiretos com o plano de expansão.

Já a New Holland anunciou que vai nacionalizar a produção de sua linha de plataformas de corte, com investimento de mais de R\$ 100 milhões na ampliação e adaptação da fábrica de Curitiba, para atender toda a América Latina.

O movimento posiciona a operação brasileira como um polo estratégico para a CNH (que também tem a marca Case IH, entre outras).

Vice-presidente de marketing da CNH para a América Latina, Eduardo Kerbauy disse que a produção nacionalizada vai gerar ganhos ao produtor, como a maior disponibilidade dos equipamentos e a redução de prazos de entrega. (Folhapress)

Petrobras encontra petróleo em poço na Margem Equatorial

A Petrobras anunciou na segunda-feira (17) a descoberta de petróleo no poço Morpho, localizado no bloco BM-FZA-59, na Margem Equatorial, em águas profundas na costa do Amapá. A estatal ainda deverá concluir a perfuração e realizar estudos para estimar o volume encontrado e avaliar a viabilidade de uma eventual exploração comercial.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, informou que a perfuração já alcançou cerca de 3 mil metros de profundidade em lâmina d'água e outros 3 mil metros em rocha. Segundo ela, ainda falta perfurar aproximadamente 1 mil metros até o fundo do poço.

“É uma descoberta que é fruto de um trabalho de anos, com muita tecnologia embarcada, muito esforço e muito investimento, mas que até agora confirmamos todas as nossas expectativas de um potencial relevante de petróleo na Margem Equatorial, mais especificamente no litoral do estado do Amapá”, afirmou Magda, durante visita ao Oiapoque.

O poço Morpho está localizado a cerca de 175 quilômetros da costa do Amapá e a aproximadamente 500 quilômetros da Foz do Amazonas. A lâmina d'água no local é de 2.886 metros.

Segundo a presidente da Petrobras, ainda não é possível estimar o volume de petróleo encontrado ou o potencial de produção da área. A previsão é de que a perfuração seja concluída em 15 a 20 dias.

De acordo com Magda, desde agosto do ano passado, quando teve início a atual campanha exploratória na região, a Petrobras já investiu US\$ 3 bilhões. A presidente informou também que as operações de exploração têm custo de cerca de US\$ 1 milhão por dia.

A descoberta de petróleo em um poço exploratório, no entanto, não significa, por si só, a confirmação de uma reserva comercialmente explorável. Após a conclusão da perfuração, serão necessários estudos para avaliar o volume, as características do reservatório e a viabilidade técnica e econômica de uma eventual produção.

dade técnica e econômica de uma eventual produção.

Próximas etapas

Magda Chambriard afirmou que a descoberta reforça as expectativas da Petrobras sobre o potencial exploratório da Margem Equatorial. Segundo ela, a estatal pretende dar continuidade às atividades na região.

“Se tudo der certo, e tudo está dando certo até agora, a gente tem o condão de produzir numa área que pode ajudar de uma maneira muito importante a recomposição das reservas da Petrobras e do Brasil”, disse.

Segundo a presidente, a Petrobras tem outros poços previstos no programa exploratório da região. A estatal também protocolou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pedidos de licenciamento para novas perfurações na Margem Equatorial.

A Petrobras é operadora do bloco BM-FZA-59 e detém 100% de participação na área. O bloco foi adquirido na 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2013, sob o regime de concessão.

Transição energética

Durante visita à região nesta segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância da descoberta para o futuro da produção de petróleo no país. Ele afirmou, no entanto, que a exploração da Margem Equatorial não altera a estratégia brasileira de investimento em fontes renováveis de energia. “O país vai continuar sendo o país da inovação dos biocombustíveis e vai continuar sendo muito grande na questão do combustível renovável”, disse Lula.

Segundo Lula, o país deverá manter os investimentos em biocombustíveis e em outras fontes de energia renovável, ao mesmo tempo em que busca avaliar o potencial de novas áreas para a produção de petróleo. (Agência Brasil)

Criptomoedas ganham espaço no Brasil e superam ações e CDBs, diz pesquisa

As criptomoedas já alcançam mais brasileiros do que ações e CDBs, segundo a 2ª edição da Pesquisa Nacional das Criptomoedas, realizada pela Paradigma, instituto de pesquisa especializado em criptoativos, em parceria com o Datafolha. Cerca de 17,2% dos brasileiros com mais de 16 anos dizem ter ou já ter tido dinheiro em criptomoedas, ante 15,1% em CDBs e títulos públicos e 7,4% em ações.

Ainda de acordo com o levantamento, 66,4% dos brasileiros afirmam conhecer criptomoedas, aumento de 10,1 pontos percentuais em relação a 2025, quando foi realizada a primeira edição do estudo.

A pesquisa foi realizada presencialmente entre 11 e 14 de maio de 2026, com 2.004 entrevistados em 137 municípios. A

margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Entre as modalidades avaliadas, os ativos virtuais aparecem atrás de poupança, imóveis, dinheiro em caixa e fundos de investimento. Segundo o estudo, 57,1% dos entrevistados já tiveram dinheiro na caderneta de poupança, 34% em imóveis, 30,5% mantiveram dinheiro em espécie, 26,1% investiram em fundos de investimento, 14% em dólar ou outras moedas e 9,8% em ouro.

Entre os que já investiram em criptomoedas, 83% usaram o aplicativo do banco para fazer a operação. Apenas 20% utilizaram uma corretora especializada em criptoativos.

Bitcoin e Ethereum são os criptoativos mais conhecidos,

citados por 60,7% e 11,1% dos entrevistados, respectivamente. Segundo a plataforma de dados CoinMarketCap, os dois representam 69% da capitalização do mercado de criptomoedas. A métrica considera o preço dos ativos e a quantidade em circulação.

O Drex, projeto de moeda digital do Banco Central, aparece em terceiro lugar entre os ativos mais conhecidos, com 10,3%.

A pesquisa também indica que o acesso a criptoativos não está restrito aos brasileiros de maior renda. Entre os entrevistados que já investiram em criptomoedas, 77,6% têm renda de até três salários mínimos e 89,4% ganham até cinco salários mínimos.

O conhecimento sobre criptomoedas também varia de acordo com o nível de escolaridade. Entre os brasileiros com ensino

superior, 89,7% afirmam conhecer os ativos, ante 76% daqueles com ensino médio e 38% dos que têm ensino fundamental.

O mercado de criptoativos tem se expandido no Brasil nos últimos anos. Segundo dados da Receita Federal, foram movimentados R\$ 505,3 bilhões em criptoativos em 2025.

Desde fevereiro de 2026, o Banco Central passou a regulamentar as prestadoras de serviços de ativos virtuais, com exigências de capital mínimo, segregação patrimonial e supervisão das empresas.

A nova regulamentação busca aumentar a segurança e a estabilidade do mercado. Participantes do setor avaliam que o conjunto de regras pode contribuir para ampliar o uso de criptoativos entre os brasileiros. (Folhapress)

Com expansão do crédito, lucro do C6 sobe 20% para R\$ 1,3 bilhões

Nova regra para Lei Seca prevê teste para detectar uso de drogas e exame obrigatório em acidente com morte

O Contran (Conselho Nacional de Trânsito) aprovou na segunda-feira (17) novas regras para a fiscalização da Lei Seca no país que prevê em teste de droga e o reteste do bafômetro quando houver possibilidade de interferência no resultado por produtos como bombons de licor, enxaguantes bucais e até pão de forma.

A regulamentação também torna obrigatório, em acidentes de trânsito com morte, o exame para detectar a presença de álcool ou de outras substâncias psicoativas nos condutores envolvidos.

A resolução, aprovada na segunda-feira (17), atualiza procedimentos de fiscalização em vigor desde 2013 e institui uma etapa de triagem nas operações realizadas pelos órgãos de trânsito em todo o país.

As novas regras entram em vigor com a publicação da resolução no Diário Oficial da União, que está prevista para terça-feira (18). As mudanças nas fichas de fiscalização e nos códigos de enquadramento das infrações terão prazo de 60 dias para começar a valer, período destinado à adaptação dos sistemas dos órgãos de trânsito.

A atualização das normas amplia os procedimentos para identificar o uso de outras substâncias psicoativas por motoristas. A norma permite o uso de equipamentos certificados capazes de apontar qual substância foi detectada, mas não sua quantidade no organismo. O resultado, portanto, será qualitativo.

A simples detecção de vestígios de uma substância não será suficiente, isoladamente, para caracterizar a infração. A fiscalização deverá considerar também outros elementos, como sinais de alteração da capacidade psicomotora do condutor.

Nesses casos, o agente deverá registrar no auto de infração em documento específico pelo menos dois sinais observados que indiquem essa alteração.

Os aparelhos utilizados para detectar outras substâncias deverão ser certificados no âmbito do SBAC (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade) por organismo acreditado pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

A resolução não determina a adoção de um aparelho específico nem estabelece que os novos equipamentos terão de ser utilizados imediatamente. A implementação dependerá da disponibilidade dos órgãos fiscalizadores e da existência de dispositivos certificados.

No caso do álcool, pelas novas regras, os agentes poderão utilizar inicialmente o chamado pré-teste ou teste passivo de alcoolemia, destinado a identificar indícios da presença da substância.

O resultado dessa triagem terá caráter apenas orientativo e, sozinho, não poderá ser usado para multar o motorista ou comprovar que ele dirija sob influência de álcool. Caso o aparelho indique a presença da substância, o condutor deverá passar pelos procedimentos comprobatórios previstos na norma.

A regulamentação estabelece ainda a realização de um reteste quando algum fator

técnico ou operacional puder comprometer a obtenção de um resultado válido. Isso inclui situações em que seja necessário descartar a presença de álcool residual no trato respiratório superior.

Esse tipo de álcool pode estar presente temporariamente após o consumo ou uso de determinados produtos. A resolução cita como exemplos bombons de licor, enxaguantes bucais e pão de forma.

Assim, uma indicação positiva no teste passivo após o consumo de um desses produtos não significará automaticamente que o motorista ingeriu bebida alcoólica ou cometeu uma infração. Será necessária uma avaliação posterior antes da conclusão da fiscalização.

A etapa de triagem já é adotada em operações de fiscalização em estados como Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além de ações nacionais da PRF (Polícia Rodoviária Federal). A resolução passa a estabelecer critérios nacionais para o procedimento.

Outra mudança está relacionada aos acidentes de trânsito. A nova regra determina que os condutores envolvidos sejam submetidos à fiscalização de álcool e outras substâncias psicoativas sempre que possível.

Quando houver morte, a realização de exame para identificar álcool ou outras substâncias psicoativas será obrigatória.

Os resultados obtidos também deverão alimentar dados utilizados pelo poder público no planejamento, na gestão e na avaliação das políticas de segurança viária.

O bafômetro continuará sendo usado normalmente para detectar o consumo de álcool.

A resolução também modifica os procedimentos adotados em casos de recusa ao teste, mas não altera as penalidades previstas no CTB (Código de Trânsito Brasileiro).

A nova regulamentação determina que, em uma mesma abordagem, não sejam aplicadas simultaneamente duas autuações: uma por dirigir sob influência de álcool ou outra substância psicoativa e outra pela recusa em realizar o exame destinado a comprovar essa condição.

Adriualdo Catão, secretário nacional de Trânsito, afirmou que a atualização era necessária para manter a regulamentação compatível com a legislação e com a realidade da fiscalização.

"A atualização da resolução era necessária porque a legislação mudou bastante nos últimos anos e alguns procedimentos precisavam ser ajustados a essa nova realidade. O principal ganho é de segurança jurídica, tanto para os agentes responsáveis pela fiscalização quanto para o cidadão, com regras mais claras, atuais e compatíveis com o que hoje está previsto em lei."

Segundo o Contran, a atualização dá mais precisão aos procedimentos da Lei Seca, evitando dúvidas na aplicação das normas e oferecendo instrumentos mais adequados para que os órgãos de trânsito e de segurança pública possam fazer a fiscalização. (Folhapress)

O C6 Bank, que tem como sócio o JPMorgan Chase, aumentou a concessão de empréstimos e lucrou 20% a mais no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2025. O lucro líquido da fintech somou R\$ 1,3 bilhão no período, informou a instituição nesta terça-feira (18).

O desempenho foi impulsionado, especialmente, pelo crescimento das operações de financiamento de veículos e de crédito consignado. No último ano, o banco passou a atuar também no novo consignado privado, modalidade que ampliou o acesso dos trabalhadores com carteira assinada ao crédito.

O ROAE (retorno sobre o patrimônio líquido médio) do banco, porém, caiu de 43% para 38% em 12 meses.

A receita líquida chegou ao recorde de R\$ 6,3 bilhões no semestre, aumento de 48% em relação ao mesmo intervalo do ano passado.

A carteira de crédito expandida do C6 encerrou junho em R\$ 99,8 bilhões, crescimento de 38% em relação a 2025. A maior parte das operações (82%) é com garantia, como financiamento a veículos e crédito consignado.

A base sem garantia é composta quase inteiramente por cartão de crédito. No produto, o foco do banco é o cliente de renda mais alta, o que reduz o risco de calote.

"Temos conseguido manter uma trajetória consistente de crescimento, apoiada em um modelo de negócio sólido e em uma estratégia de concessão de crédito que prioriza operações com garantia. Essa composição nos dá segurança para continuar expandindo o negócio de forma sustentável, mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador", disse Marcelo Kalim, CEO do C6 Bank, na divulgação do balanço.

O executivo disse esperar re-

sultados recordes nos próximos meses, com alta demanda por crédito por parte dos clientes, mantendo a mesma estratégia de focar produtos com garantia.

O banco digital também registrou aumento na captação de recursos, via CDBs e outros instrumentos semelhantes, no segundo semestre. Esse montante chegou a R\$ 112,9 bilhões, alta de 36% em relação a junho do ano passado. A base total de captação, que considera depósitos à vista, encerrou o semestre em R\$ 125,6 bilhões, avanço de 34% na mesma comparação.

"Nosso custo de captação é extremamente competitivo e vem caindo consistentemente ao longo do tempo", afirma Kalim.

Com maior provisionamento, dado o aumento de empréstimos, a PDD (previsão para devedores duvidosos) cresceu de R\$ 996 milhões para R\$ 2,4 bilhões em 12 meses.

Segundo Kalim, a recupera-

ção judicial da Casas Bahia, anunciada nesta segunda-feira (17), não afetou o resultado do semestre. A varejista deve R\$ 78,4 milhões ao banco. "Não afetou nem afetará em nada nosso resultado", disse o CEO do C6.

Assim, o índice de eficiência, que é a relação entre as despesas operacionais e a receita líquida, caiu de 46% no primeiro semestre de 2025 para 42% no primeiro semestre deste ano.

A inadimplência também aumentou. O índice de atrasos acima de 90 dias ficou em 3,6%, ante 3,2% em junho de 2025. Segundo o banco, o aumento é fruto da Resolução CMN nº 4.966, que obriga bancos a serem mais cautelosos na contabilidade de riscos, operando com base na perda esperada e não efetiva, ou seja, contabiliza aquilo que não espera receber.

O total de ativos do banco chegou a R\$ 171 bilhões em junho. (Folhapress)

Brasileiros depositaram R\$ 221 bi em bets no ano passado, mostram dados da Fazenda

As bets autorizadas a atuar em nível federal receberam R\$ 220,6 bilhões em depósitos durante o ano de 2025, mostram dados do Ministério da Fazenda obtidos via lei de acesso à informação.

Desse total, R\$ 36,9 bilhões representaram o saldo negativo para os apostadores e se converteram em receitas para as casas de apostas. O restante, R\$ 183,7 bilhões, foi destinado ao pagamento de prêmios e oferta de bônus sacáveis - valores promocionais que o jogador pode retirar a qualquer momento, e a bet pode deduzir de suas receitas para fins contábeis.

É a primeira vez que a Fazenda divulga essa informação, disponibilizada ainda em caráter preliminar. "Os dados podem sofrer alterações até a conclusão dos procedimentos de conferência e consolidação", diz a secretaria de Prêmios e Apostas (vinculada à Fazenda), Daniele Correa Cardoso, na resposta enviada à reportagem.

A receita das casas de apostas representou 16,7% dos depósitos. O valor ficou acima da retenção máxima imposta por lei de 15% e da taxa de 7% anunciada pelo setor, o que reforça a tendência de ganho das bets sobre os jogadores no longo prazo.

Como o dinheiro do apostador é limitado, a retenção anunciada pelas bets funciona como uma taxa implícita

maior do que o valor capturado por cada rodada.

Segundo as regras do setor, 88% do faturamento ficou com as bets e 12% com a União e outras entidades beneficiadas pela regulamentação, como grupos beneficentes que recebem repasses - essa fatia será de 13% neste ano e subirá a 15% em 2028.

Depois, incidem os impostos federais, estaduais e municipais sobre as empresas. Balanços vistos pela reportagem, como o da Blaze, indicam uma margem de lucro por volta de 30%, uma parcela comparável à de um banco de investimentos, como o BTG Pactual. A maior parte do orçamento das empresas vai para publicidade, e, como as equipes são pequenas, o custo com funcionários é baixo.

De acordo com o levantamento, o mês com maior volume de depósitos foi outubro, quando o Campeonato Brasileiro se encaminha para a fase final, e avançavam as fases eliminatórias das copas continentais, Sul-Americana e Libertadores.

Em média, 9,25 milhões de pessoas apostaram a cada mês, com pico de 10,82 milhões de apostadores também em outubro. Ao longo de todo o ano, 25 milhões de brasileiros registraram apostas.

Os números oficiais da Fazenda, que monitora os depósitos nas contas das casas de apostas por meio do Sigap (Sistema de

Gestão de Apostas), ficaram R\$ 130 bilhões abaixo da estimativa do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda), divulgada no último mês de julho.

Segundo o Comsefaz, as casas de apostas receberam R\$ 350,97 bilhões em transferências via Pix. Considerando os pagamentos aos apostadores, o saldo negativo para as famílias foi de R\$ 62,5 bilhões.

Para chegar ao resultado, os pesquisadores estimaram qual seria o volume esperado de transferências de pessoas físicas para empresas do setor de artes, cultura, esporte e recreação caso não tivesse ocorrido a mudança provocada pela regulamentação. Depois compararam essa projeção com os valores efetivamente registrados. A diferença entre os dois cenários foi interpretada como o naco direcionado às bets.

Como se trata de uma simulação estatística, os autores ressaltam que o resultado não representa uma relação de causa e efeito comprovada. O estudo sugere que as apostas se tornaram o principal gasto com entretenimento dos brasileiros.

Na época da divulgação do estudo, a ANJL (Associação Nacional de Jogos e Loterias), uma das entidades que representam os sites de apostas, disse que a análise do Comsefaz desconstruiu os milhares de sites ilegais que estiveram online no país (a Fazenda derrubou mais de 25 mil

endereços em 2025) e as mudanças macroeconômicas que contribuíram para a maior adesão ao Pix como meio de pagamento.

"As transações que constam do estudo se referem a transferências líquidas de pessoas físicas para pessoas jurídicas de quatro segmentos: artes, cultura, esportes e recreação, nos quais se insere uma enorme variedade de prestadores de serviços de entretenimento, não apenas as bets", diz a entidade em nota.

Os depósitos para bets registrados na Fazenda representam 63% do excedente de transações via Pix para o setor de entretenimento. Sobram 37% desse montante, incompatíveis com o crescimento orgânico das atividades culturais e de esportes.

Um estudo da consultoria LCA, encomendado pelo IBJR (Instituto Brasileiro de Jogos e Responsável, outro grupo do setor de apostas), contudo, estima que os sites clandestinos representaram algo em torno de 41% a 51% do mercado total. Uma parte menor do mercado ilegal opera com empresas abertas no exterior.

Outro destino das transações dos apostadores pode ser os sites de apostas com licenças estaduais. Maranhão, Paraná, Paraíba e Rio de Janeiro vendem outorgas que garantem atuação limitada ao território da unidade federativa. (Folhapress)

Crédito imobiliário pode ficar mais caro com novo modelo de captação de recursos

O novo modelo de crédito imobiliário brasileiro, que busca reduzir a dependência dos bancos em relação à poupança, pode aumentar a pressão sobre os juros cobrados dos compradores de imóveis em períodos de taxas elevadas.

A mudança, que está sendo implementada de forma gradual e terá vigência plena em 2027, prevê a substituição progressiva da poupança como principal fonte de recursos para o crédito imobiliário por instrumentos do mercado de capitais, como letras imobiliárias. A proposta foi construída após discussões entre governo, bancos e setor da construção.

Gilneir Vivan, diretor de Regulação do Banco Central, diz que os primeiros resultados do período de testes são animadores. Ele afirma que houve reversão da queda nas concessões de crédito imobiliário e que os primeiros meses registraram aumento nas operações.

"O objetivo foi criar incentivos para que o mercado se reorganize e busque a substituição gradativa da poupança como fundo primário do crédito imobiliário", disse Vivan durante o Abecip Summit 2026, realizado na terça-feira (18).

A preocupação é que ainda não está claro como serão definidos os indexadores dos contratos de financiamento pelo novo modelo, menos dependente da poupança.

Com a maior participação de letras e outros instrumentos

captados no mercado de capitais, os bancos passam a precisar de mecanismos que permitam administrar o risco financeiro das operações. Ao mesmo tempo, o consumidor tende a buscar prestações e contratos com maior previsibilidade.

"Por um lado, as instituições desejam indexador que permita uma gestão de risco eficiente. Por outro, o tomador do crédito busca um contrato onde o indexador seja previsível", afirmou Vivan.

É justamente nessa diferença entre o risco de quem financia e a necessidade de previsibilidade de quem toma o crédito que está um dos principais desafios do novo modelo, segundo Michel Curry, presidente da Abecip e diretor de crédito imobiliário do Itaú.

No principal painel do evento que debateu o novo modelo de crédito, Curry chamou a atenção para o longo horizonte da cadeia imobiliária. "A pessoa física está provavelmente tomando o crédito mais relevante da vida dela pelo prazo mais longo. O cuidado que as instituições precisam tomar é a estabilidade do preço na ponta", afirmou.

"Um funding de mercado está exposto à volatilidade do mercado. É um grande desafio como essa volatilidade vai se transformar na taxa ao cliente", disse.

Segundo Curry, essa mudança tende a exercer pressão sobre o custo dos financiamentos. "É natural que isso traga uma pressão de preço para as operações de

crédito imobiliário", afirmou.

O Banco Central também alertou para o risco de o custo do financiamento habitacional subir à medida que os bancos dependam mais do mercado de capitais para captar recursos.

O SFH (Sistema Financeiro de Habitação) tem hoje um limite de juros de 12% ao ano sobre o indexador. Para Vivan, essa regra pode representar um desafio em períodos de taxas mais elevadas, justamente porque o custo de captação por meio de instrumentos de mercado pode acompanhar as condições financeiras da economia.

Pelo novo modelo, 80% dos recursos deverão ser destinados a operações enquadradas no SFH. A poupança continuará tendo papel complementar, contribuindo para reduzir o custo final das operações.

A mudança ocorre em um momento em que a demanda por crédito imobiliário segue forte, apesar dos juros elevados. No primeiro semestre, as concessões para compra e construção de imóveis somaram R\$ 180,9 bilhões, alta de 23% em relação ao mesmo período de 2025, segundo a Abecip. Cerca de 850 mil imóveis foram financiados no período, considerando recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e carteiras livres.

Ao mesmo tempo, a principal fonte tradicional de recursos nos

acompanha esse ritmo. A poupança acumulou retirada líquida de R\$ 273 bilhões nos últimos cinco anos e encerrou o primeiro semestre praticamente estável, em R\$ 764 bilhões. A carteira de crédito imobiliário vinculada ao SBPE já alcançou R\$ 601 bilhões, equivalente a 121% dos recursos direcionados da poupança, sinal de que os bancos vêm recorrendo a outras fontes para sustentar as operações.

O Banco Central, segundo Vivan, manterá o modelo sob avaliação e poderá fazer ajustes durante sua implementação.

Para Inês Magalhães, vice-presidente de Habitação da Caixa, o novo modelo foi fundamental para o setor, mas não pode ser analisado isoladamente.

Ela citou como fatores que também influenciam a expansão do crédito, a participação do financiamento imobiliário no PIB (Produto Interno Bruto), questões regulatórias, regras para o sistema financeiro e procedimentos cartorários.

"Habitação não é resultante de uma das quatro operações da matemática. Ela é uma equação de segundo grau", afirmou durante a abertura do evento.

Para a executiva da Caixa, apesar da busca por novas fontes de recursos, FGTS e SBPE permanecem "fundamentais" para o financiamento habitacional, embora já não sejam suficientes para sustentar sozinho sua expansão. (Folhapress)

Eleição: homem, branco e empresário é perfil majoritário de candidatos

Encceja é no próximo domingo; saiba como consultar locais de provas



As provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) serão aplicadas no domingo (23) em todos os estados e no Distrito Federal. Os candidatos podem consultar os locais de prova no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame.

O Encceja é um exame gratuito, destinado a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade apropriada para cada nível de ensino. Os resultados do exame podem ser utilizados nos processos de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

As provas serão aplicadas nos turnos da manhã e da tarde do domingo.

Pela manhã, os portões abrem às 8h e fecham às 8h45, no horário de Brasília. As provas começam às 9h e terminam às 13h.

Já na parte da tarde, os portões serão abertos às 14h30 e fechados às 15h15. A aplicação se inicia às 15h30 e vai até às 20h30.

Para o ensino fundamental, haverá quatro provas objetivas que avaliarão conhecimentos em: ciências, matemática, língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física e redação, inglês, espanhol, artes e educação física, história, geografia, filosofia e sociologia.

Já o ensino médio cobrará temas de química, física e biologia, matemática, língua portuguesa com redação, inglês, espanhol, artes e educação física, história, geografia, filosofia e sociologia. (Agência Brasil)

MEC lança diretrizes para ensino de arte na educação básica



A rede escolar de educação básica tem agora diretrizes para ensino de arte na educação básica brasileira. Na terça-feira (18), foi publicada no Diário Oficial da União a norma que trata a arte como campo de conhecimento. O material foi produzido e aprovado, em março de 2026, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e complementada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O documento destaca que o ensino e o aprendizado das áreas artísticas devem ser organizados em quatro componentes curriculares, desde a educação infantil até o ensino médio. São eles: artes visuais, dança, música e teatro.

De acordo com Parecer CNE/CEB nº 2, a arte é um campo essencial à formação humana, capaz de promover a criatividade, o pensamento crítico e o diálogo com outras áreas.

O presidente do CNE, César Callegari, explica o que muda na educação brasileira.

"Não podemos mais falar de arte como improviso ou apenas para ilustrar festa e comemorações. A arte é fundamental para tudo, para o ensino da língua portuguesa, para física, para matemática. Essa articulação é que dá sentido maior aquilo que nós chamamos a formação integral do indivíduo", pontuou.

As escolas devem ensinar sobre conteúdos, métodos, processos de criação, referências culturais e formas próprias de produzir conhecimento: arte como prática integradora – deve ser vista como prática educativa com potencial para integrar experiências dentro e fora do ambiente escolar; processos criativos e reflexivos – o ensino envolve criação, experimentação, apreciação

e reflexão crítica, além da técnica e da reprodução; contextualização e análise crítica – analisar obras em seus contextos históricos, sociais e culturais amplia o repertório cultural dos estudantes; desenvolvimento integral do estudante – o ensino de arte favorece o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, cultural e estético dos estudantes.

As redes de educação devem definir uma carga horária equilibrada e coerente para cada componente curricular de arte, com a implementação de dois por ano, evitando sobreposições e garantindo a continuidade da aprendizagem.

Além disso, as escolas também deverão avaliar as condições físicas e pedagógicas para ofertar os componentes; elaborar planos com metas progressivas para melhorar espaços, materiais e recursos; integrar o espaço escolar com equipamentos culturais e artísticos locais; e fomentar parcerias com a comunidade para enriquecer a educação.

O texto destaca que, na educação básica, cada criança, jovem ou adulto aprende de um jeito único e essa singularidade deve ser respeitada.

Os sistemas de ensino estaduais, do Distrito Federal e municipais, em regime de colaboração com a União, devem assegurar a completa implementação desta resolução até o fim do prazo de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036).

O PNE estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira na próxima década.

O objetivo é reforçar a importância da arte na formação integral dos estudantes brasileiros. (Agência Brasil)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 20.530 pedidos de registro de candidatura para as eleições deste ano – 8.732 a menos do que no pleito de 2022. Os dados foram atualizados na manhã da terça-feira (18).

Do total de pedidos de registro de candidatura, 13.374 ou 65% são de pessoas do sexo masculino e 7.156 ou 35% são de pessoas do sexo feminino. Além disso, mais de 10 mil informaram ter cor branca e 2.576, ser empresário.

As solicitações englobam os cargos de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, senador e suplentes, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.

A maior parte dos pedidos é para o cargo de deputado estadual (11.103 registros). Em seguida, aparecem as solicitações para deputado federal (7.636); para deputado distrital (420); para governador estados e o Distrito Federal (196); para senador (315); e para a Presidência da República (13).

A relação entre candidatos e vagas mostra maior concorrência para o cargo de deputado distrital, com 17,5 candidatos por vaga; e para o cargo de deputado federal, com 14,88

candidatos por vaga.

Gênero

Em relação à identidade de gênero, 11.758 candidatos se declararam cisgênero (99,07%) – quando a identidade de gênero corresponde ao sexo; 107 se declararam transgênero (0,9%); e 3 preferiram não informar (0,03%).

O TSE registrou ainda pedidos de 53 candidatos que declararam nome social.

Faixa etária

A maioria das solicitações foi feita por candidatos com idade entre 45 e 49 anos (3.538 pedidos). Na sequência, aparecem candidatos com idade entre 50 e 54 anos (3.176); com idade entre 40 e 44 anos (2.986); e com idade entre 55 e 59 anos (2.581).

Cor e raça

Do total de pedidos de registro de candidatura, 10.013 são de pessoas que se declararam brancas (48,77%); 7.418 de pessoas que se declararam pardas (36,13%); e 2,8 mil de pessoas que se declararam pretas (13,64%), além de 191 indígenas (0,93%) e 108 de cor amarela (0,53%).

Grau de instrução

A maior parte das solicitações

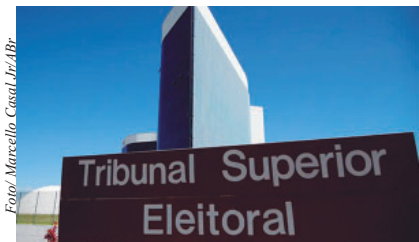


Foto: Marcello Casal Jr/ABR

foi feita por candidatos que declararam ter ensino superior completo (58,57%). Depois, vêm os candidatos que declararam ter ensino médio completo (21,41%); ensino superior incompleto (10,58%); ensino médio incompleto (3,56%); ensino fundamental incompleto (2,94%); e ensino fundamental completo (2,58%).

Ainda de acordo com os números, 73 candidatos (0,36%) declararam apenas saber ler e escrever.

Indígenas

Do total de 191 pedidos de registro de candidatura feitos por indígenas, 13 são da etnia Makuxi (8,13%); 12 são Guarani Kaio-

wá (7,5%); oito são de etnias não determinadas (5%); sete são Guaraní (4,38%); sete são Mundurukú (4,38%); sete são Múra (4,38%); sete não sabem sua etnia (4,38%); e seis são Terena (3,75%).

Ocupação
Os empresários (2.576) são os mais numerosos entre os candidatos. Advogados (1.691); deputados (874); vereadores (811); policiais militares (569); médicos (558); e servidores públicos estaduais (541) aparecem na sequência. Além disso, 2.709 candidatos são listados pelo TSE na categoria outras ocupações. (Agência Brasil)

Uso de medicamento oferecido no SUS reduz casos de malária no Brasil

O Brasil registrou queda de 30% nas mortes por malária em 2025. Os óbitos passaram de 56 em 2024 para 39 no ano passado. Além disso, os casos da forma mais grave da doença caíram 30,7%.

Os 118.037 registros da doença contraídos no território nacional no mesmo período representam um recuo de 15% em relação a 2024 e são o menor número desde 1978.

"Chegamos à menor taxa de casos de malária dos últimos 47 anos na nossa história", disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na segunda-feira (17), após participar do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (MedTrop), em Brasília.

Os números resultam do início da oferta da tafenoquina no Sistema Único de Saúde (SUS), usado em dose única desde 2024 para prevenir novas manifestações da malária, como também, com a ampliação do diagnóstico, além da oferta de testes e tratamento adequado.

A tafenoquina, considerada pelo ministério como um dos principais avanços nos tratamentos disponíveis no SUS, foi incorporada em 2023 para pacientes adultos com 16 anos ou mais e peso de 35 quilos ou mais. O medicamento usado em dose única tem ação prolongada e ajuda a evitar que a doença volte a se manifestar.

Até junho de 2026, a tafenoquina foi incluída no tratamento de mais de 33,7 mil pessoas. Entre os pacientes, 3.920 dos tratamentos foram registrados em Dis-

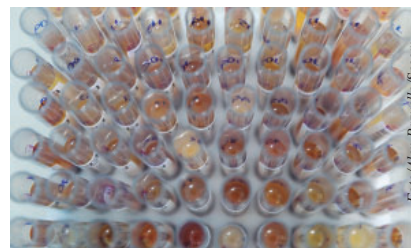


Foto: Alex Pazzuello/Secom

tritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

"[Em 2025] tivemos redução de mais de 40% de redução em terra indígena, mais de 40% de malária em áreas de assentamento rural e em assentamentos na região amazônica brasileira, que é uma das maiores em incidência de casos de malária. O Brasil passa a ser o primeiro país do mundo a incorporar a tafenoquina, que é uma nova medicação para o tratamento da malária", informou o ministro.

Conforme os dados do Ministério da Saúde, no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami 1.515 pessoas receberam tratamento com o medicamento. Segundo o Ministério da Saúde, entre março e junho de 2026, as recaídas de malária caíram 61,9% em relação ao mesmo período de 2025.

Entre janeiro e julho, os casos da doença diminuíram 55%, passando de 17 mil para 7,6 mil, na comparação com o mesmo

período do ano anterior.

Segundo o ministro, o território Yanomami foi a primeira área indígena em que foi aplicado o medicamento no tratamento contra a malária.

"Conseguimos felizmente interromper o verdadeiro genocídio que acontecia no povo Yanomami. Tivemos redução de mais de 50% nos casos de malária no território Yanomami e mais de 70% nos óbitos por malária. Isso não só com as ações combinadas contra a malária, mas com a recuperação nutricional daquele povo", disse Padilha.

A tafenoquina também está disponível em uma formulação destinada a crianças a partir de 2 anos e com peso mínimo de 10 quilos, desde março de 2026. Até junho, 1.446 crianças e adolescentes receberam este tratamento no país.

Padilha disse ainda que também está havendo um reforço de vacinação contra o sarampo em

tudo o Brasil após o registro de 38 casos importados da doença identificados em São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Tocantins. "Nesse momento temos reforçado a vacinação de sarampo em todo o Brasil", comentou.

"Não à toa em 2024, o Brasil recuperou o certificado de país livre de sarampo. Em 2025, mesmo com os 38 casos importados, por causa da vacinação não perdemos o certificado [o certificado de país livre de sarampo]", relatou.

Conforme o ministro, em 2019 o Brasil perdeu o certificado por falta de ações de controle da doença que resultaram em casos de sarampo em Guarulhos, São Bernardo e São Paulo. A capital, segundo ele, chegou a ter 20 mil registros naquele momento. Nessas cidades, a faixa vacinal foi ampliada.

"Em São Paulo, Guarulhos e São Bernardo estamos vacinando todos a partir de 6 meses a 59 anos independente se foram vacinados ou não ou de checar a carteira de vacinação. Já ultrapassamos 70 mil pessoas vacinadas na cidade de São Paulo", afirmou.

Padilha informou que os casos importados de sarampo nas três cidades tinham cessado que circularam nos Estados Unidos e no Canadá. "O continente americano desde 2025 vem tendo uma explosão de casos na América do Norte. Os Estados Unidos, Canadá e México são responsáveis por mais de 75% dos casos no continente americano", concluiu. (Agência Brasil)

Riotur abre inscrições em 24 de agosto para desfile de blocos em 2027



Foto: Arquivo Divulgação

A Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur) vai abrir, no próximo dia 24, as inscrições para os blocos de rua interessados em desfilar no Carnaval 2027. O cadastramento se estenderá até o dia 24 de setembro e poderá ser feito exclusivamente pelo site

riotur.prefeitura.rio.

Primeira etapa oficial para a autorização dos desfiles, o registro permite que a Riotur e os demais órgãos públicos envolvidos planejem com antecedência toda a logística, segurança e infraestrutura necessárias para receber os cortejos por toda a cidade.

Cronograma

24 de agosto a 24 de setembro: período de inscrições; 25 de setembro a 15 de outubro: inscrições efetivadas serão objeto de análise dos órgãos municipais; 16

e 22 de outubro: liberação, no site, do Documento de Cadastro Preliminar ou Documento de Cadastro Não Efetivado, para download, e período de solicitação de revisão de parecer; 23 a 31 de outubro: respostas aos pedidos de revisão de parecer e liberação do Documento de Cadastro Preliminar ou Documento de Cadastro Não Efetivado; 1º de novembro e 11 de janeiro de 2027: o representante legal do bloco deverá dirigir-se aos órgãos públicos competentes (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro) para a obtenção da documentação complementar obrigatória.

12 e 14 de janeiro de 2027: upload dos documentos complementares obrigatórios no site e liberação após conferência dos documentos de cadastro efetivado; 15 de janeiro: o processo será finalizado, com o envio do documento de cadastro efetivado do processo. (Agência Brasil)